



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 234/2026

Pregão Eletrônico nº 09/2026

Objeto: Trata-se de Parecer Jurídico para análise da legalidade da minuta do edital de pregão eletrônico nº 09/2026 para fins de Aquisição de material permanente, compreendendo móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, destinados à Casa de Acolhimento vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

PARECER

1. Relatório:

O processo em epígrafe foi instaurado no dia 20 de janeiro de 2026, objetivando a contratação do objeto acima descrito, cujo valor é de **R\$ 40.610,79 (quarenta mil e seiscentos e dez reais e setenta e nove centavos)**.

Nota-se que a minuta do edital de id nº 261491, fundamenta o certame com base na Lei nº 14.133/21, Decretos Municipais nº 1.537/2023, 1.538/2023 e 1.544/2023, de forma subsidiária o Decreto Federal nº 11.462/2023, no que couber a Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022.

O processo foi instruído com os seguintes documentos:

- a) Documento De Formalização De Demanda - DFD (id nº 255660);
- b) Estudo Técnico Preliminar – ETP e Mapa Risco – MR (id nº 258712);
- c) Pesquisa de Preço (id nº 259556);
- d) Análise de Cotação nº 15/2026 (id nº 259557);
- e) Termo de Referência – TR (id nº 259560);





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO


- f) Solicitação de Despesa n° 372/2026 (id n° 259643);
- g) Solicitação de Despesa n° 376/2026 (id n° 259645);
- h) Portaria Nomeação da Agente de Contratação (id n° 261488);
- i) Minuta do Edital - Pregão Eletrônico n° 09/2026 (id n° 261491);
- j) Anexo Minuta do Termo de Contrato (id n° 261591);
- k) Despacho n° 89/2026 técnico do Pregoeiro (id n° 261597).

2. Pressuposto Jurídico:

O presente parecer jurídico tem a finalidade de **assessoramento no controle prévio de legalidade**, conforme previsto no art. 53, *caput*, da Lei n° 14.133/2021, não tendo determinação legal que imponha a fiscalização posterior do cumprimento das recomendações feitas por essa Procuradoria.

Destaca-se que um dos pressupostos para a realização de uma licitação, é o pressuposto jurídico, que implica na **necessidade de licitar**, que deve ser realizada com o objetivo de **atender ao interesse público**. A licitação não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como um **instrumento necessário para garantir o cumprimento das demandas públicas**.

No caso em questão, trata-se da análise da legalidade do procedimento licitatório destinado a Aquisição de material permanente, compreendendo móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, destinados à Casa de Acolhimento vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

 Importante ressaltar que, em sua análise, a **Procuradoria não realiza exame de mérito** e os argumentos apresentados na justificativa do certame, a não ser que essas justificativas sejam **entendidas como manifestamente incompatíveis com a modalidade de contratação escolhida ou com o objeto licitado**. Neste caso, **não há elementos** que indiquem incompatibilidade entre a escolha da modalidade de **pregão** e os **objetivos do processo**.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Após análise da documentação constante no processo, observam-se os seguintes pontos relevantes quanto à **legalidade da minuta do Edital**, da minuta da ata de registro de preço e dos demais documentos que compõem a fase interna da licitação, senão vejamos.

2.1. Peças Técnicas do Processo

No que tange às peças técnicas do processo, destaca-se que a elaboração do ETP, bem como das demais peças técnicas inerentes à contratação, a exemplo do TR, que especifica a modalidade de licitação, o tipo de licitação e os prazos previstos para o certame, estão em conformidade com a legislação aplicável.

Nota-se que no processo prevê a escolha pela **modalidade pregão eletrônico** estando em conformidade com a legislação vigente, sendo está a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, prevista no inciso XLI, do art. 6º da Lei nº 14.133/21, com prazo de intervalo mínimo de 08 (oito) dias, senão vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Assim, a modalidade escolhida, **pregão eletrônico**, encontra-se adequada e em conformidade com a legislação, com critério de julgamento pelo menor preço por item, conforme o disposto no art. 55, I, “a”, da Lei nº 14.133/2021, respeitando o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis para a abertura das propostas.

Com base no Decreto nº 1.449/2022, Lei nº 14.133/2021, IN SEGES nº 58/2022 e IN SEGES/ME nº 81/2022, a Administração Pública deve apresentar na fase de planejamento as peças técnicas inerentes à contratação, quais sejam: **DFD; ETP; MR e TR**.

No presente processo, tais documentos foram juntados nos ids nº 255660 (DFD), 255712 (ETP e Mapa de Risco), e 259560 (TR), em conformidade com as exigências legais.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A análise do **DFD** evidencia o atendimento às disposições do **art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 1.449/2022**, identificando o responsável pela área requisitante, a indicação da data pretendida para conclusão da contratação e o detalhamento da necessidade.

A análise do **ETP** demonstra conformidade com o **art. 14, §1º, do Decreto nº 1.449/2022**, o **art. 18, inciso I, e §1º, da Lei nº 14.133/2021**, bem como o art. 9º da IN SEGES nº 58/2022. Destaca-se que eventual ausência de disposições previstas nestes dispositivos deve ser devidamente justificada, conforme previsto na IN SEGES nº 58/2022.

Quanto ao **TR**, verifica-se conformidade com o **art. 16, §1º, do Decreto nº 1.449/2022**, **art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021**, além do **art. 19 do Decreto nº 1.449/2022** e do **art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, que dispõem sobre as informações necessárias no TR para contratações visando a aquisição de bens e serviços.

Assim, a pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, conforme demonstrado na **Análise de Cotação nº 15/2026 de id nº 259557**.

A Pregoeira no Despacho nº 89/2026 técnico de id nº 261597, solicitou análise e manifestação quanto à minuta do edital e seus anexos, assim verifica-se que essa respeita os parâmetros legais, assim **não há óbice à sua utilização** no presente certame.

No presente caso, em atenção ao **art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021**, quanto à adequação orçamentária, verifica-se que as **Solicitações de Despesa nº 372/2026 (ID nº 259643) e nº 376/2026 (ID nº 259645)** indicam que a dotação orçamentária será formalizada no momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o que está em conformidade com a legislação vigente, não havendo óbice jurídico à continuidade do procedimento.

Assim, a exigência de dotação orçamentária deverá ser observada no momento da realização do contrato ou da emissão do empenho correspondente, não havendo irregularidade na isenção constante do TR.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2.2. Minuta do Termo de Contrato id nº 261591

Nota-se que, a minuta da ata de registro de preço apresentada segue o **modelo padronizado da Advocacia-Geral da União (AGU), amplamente utilizado na Administração Pública**, em consonância com as melhores práticas de gestão pública, conforme orientações dos órgãos de controle externo.

Assim, a responsabilidade pela revisão e validação da minuta recai sobre a **assessoria jurídica e o setor responsável pela formalização de contratos e atas de registro de preço**, conforme previsto na legislação vigente.

Desta forma, a **inclusão da minuta padronizada é juridicamente válida**, e a ausência de assinatura nesta fase **não compromete a legalidade**, por se tratar de **minuta preliminar**, cuja formalização e assinatura ocorrerão apenas após a homologação do certame pela autoridade competente.

2.3. Publicação do Edital

No que concerne à publicação do edital, o **art. 54, caput e §1º, combinado com o art. 94 da Lei nº 14.133/2021**, exige a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital, de seus anexos e do futuro instrumento contratual no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, bem como a publicação do extrato do edital no **Diário Oficial do Estado**, no **Diário Oficial da União**, quando couber, e em **jornal de grande circulação**, conforme regulamentação aplicável.

Dessa forma, na presente contratação, deverá ser observado o **prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis**, contados a partir da divulgação do edital, para apresentação das propostas e lances, quando adotado o critério de julgamento pelo **menor preço por item**, nos termos do **art. 55, inciso I**, e a **“a”**, da **Lei nº 14.133/2021**.

Ressalta-se, ainda, que o **art. 54, §3º, da Lei nº 14.133/2021** estabelece a obrigatoriedade de disponibilização, no PNCP, **após a homologação do certame**, dos documentos elaborados na fase preparatória que não tenham sido incorporados ao edital e a seus anexos, assegurando



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

a transparência e o controle social do procedimento licitatório.

3. Conclusão

Dessa forma, após análise do processo, conclui-se que o processo administrativo e a minuta do edital encontram-se em conformidade com a legislação vigente, **não há óbice para a continuidade do processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.**

A **minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2026 de id nº 261491**, bem como o anexo da **minuta do Termo de Contrato id nº 261591**, apresentam conformidade formal com a legislação vigente, não se identificando vícios que impeçam o regular prosseguimento do certame.

Assim, **não se vislumbra óbice jurídico ao prosseguimento do certame**, ficando a análise da **conveniência e oportunidade administrativa** a cargo da autoridade competente.

É o parecer sujeito a manifestação do superior.

Nova Brasilândia D' Oeste, 09 de março de 2026.

Lorena Jhulian Cassiano de Oliveira
Sub Procuradora do Município
Portaria nº 12/GP/2025
OAB/RO 11.444

